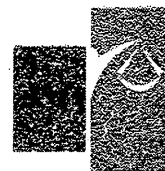
**PARECER JURÍDICO - 347/2025****Assunto:** Resposta ao Memorando nº 488/2025 - LIC/SEFAZ**RECEBIDO**
EM, 31/06/25
Nelys
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**I - RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 488/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 085/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 025/2025**, a fim de se proceder à análise de legalidade, formalidade e adequação do Processo Licitatório Auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, de **leiloeiros oficiais para prestação de serviços de alienação de bens móveis inservíveis, incluindo todos os atos necessários à organização dos leilões, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização dos leilões, prestação de contas e entrega dos bens** em atendimento às demandas da Secretaria de Administração do Município de Cataguases-MG, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

Insta salientar que este Parecer, após a análise das impugnações ao mesmo certame interpostas pelos senhores leiloeiros DANIEL ELIAS GARCIA e RUAMCARLOS CHAVES GOTARGO, que apresentaram seus questionamentos e, posterior observância, a redação será mantida em sua publicação, EXCETO, as alterações ou retificações no Edital do Processo Licitatório nº 085/2025, quanto aos seguintes pontos:

- A) Critério de definição da ordem de atendimento dos credenciados: será realizado sorteio público;
- B) Exclusão dos itens 3.5.3 e 3.5.3.1;
- C) Nova redação exigirá: Certidão de matrícula na Junta Comercial do Estado de MG há mais de cinco anos; Comprovação da habilitação como leiloeiro público oficial.

Dadas alterações, conforme o prosseguimento de republicação do Edital Processo Licitatório nº 085/2025, informo que será acostado frente ao **PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas**,



as Impugnações que motivaram a retificação, assim como as análises e decisões trazidas pela Administração Pública Municipal nas pessoas do Secretário de Administração e do Agente de Contratação, em consonância com o parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município.
(grifo nosso)

Reforço quanto ao atendimento, cumprindo às exigências quanto à publicidade do certame, segue o link: <https://pncp.gov.br/app/editais/17702499000262/2025/83> (destaquei)

Da mesma forma estabelece a Lei 14.133/2021, assim:

Art. 55. §1º . Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

A republicação do edital alterado deve ser feita em **todos os mesmos veículos e com a mesma quantidade daquela originalmente realizada**. A lei determina que a publicidade seja feita **da mesma forma como se deu a divulgação inicial/original** e não aquela mínima estabelecida na legislação.

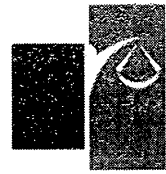
O procedimento será por meio de **CREDENCIAMENTO**, por ser o adequado ao caso em tela, por configurar hipótese de contratação paralela e não excludente, os termos do art.79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e por estar expressamente previsto no art.74, IV, da mesma norma, como situação de inexigibilidade de licitação, que será demonstrado posteriormente.

O presente pedido, tem por objetivo definir os elementos que norteiam a realização da contratação por meio do **CREDENCIAMENTO** conforme art. 74, IV c/c art. 79, I da Lei 14.133/2021 onde será credenciado leiloeiros oficiais, com a devida comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na realização de leilões públicos ou privados.

Ademais, a adoção desse modelo contribui para o entendimento aos **princípios da economicidade, eficiência, competitividade e isonomia entre os interessados**, haja vista que, estes bens não podem ser descartados ou encaminhados para a destinação final de forma imediata, devido a restrições legais e a necessidade de preservar a integridade do patrimônio público.

Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade,





informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. **(grifo nosso)**

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

II - APRECIÇÃO JURÍDICA

A Administração Pública possui a tarefa árdua e complexa de manter o equilíbrio social e gerir a máquina pública, composta por seus órgãos e agentes. Por essa razão, não poderia a Lei deixar a critério do administrador a escolhas das pessoas a serem contratadas, porque essa liberdade daria margem a escolhas impróprias e escusas, desvirtuadas do interesse coletivo.

II.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

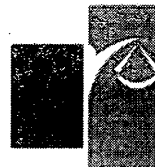
§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De certo que, em relação à atuação desta Procuradoria Geral do Município, amparada pela Lei Municipal nº 4.424/17, é importante informar que, embora as observações e recomendações expostas não possuam caráter vinculativo, constituem instrumento em prol da



segurança jurídica da decisão a ser tomada pelo administrador público, isto é, a quem é responsável pela avaliação e acatamento (ou não) das ponderações a serem realizadas ao longo do presente parecer.

Cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. (grifo nosso)

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração. (grifo nosso)

III - DO CREDENCIAMENTO

De início, é importante entendermos o conceito do CREDENCIAMENTO com base na Lei 14.133/21, o qual está posto no Art. 6º, XLIII.

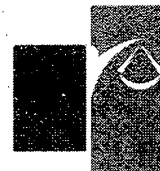
XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

Importante consignar que a Lei 14.133/21 não considera o credenciamento como uma modalidade de licitação, mas tal hipótese como um dos procedimentos auxiliares previstos no seu Art. 78, I. (grifo nosso)

O Art. 79 da Lei 14.133/21, apresenta as possibilidades de aplicação do credenciamento, vejamos:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;



II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. *Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação; V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

O presente pedido, tem por objetivo definir os elementos que norteiam a realização da contratação por meio de **credenciamento conforme art. 74, IV c/c art. 79, I da Lei 14.133/2021** onde será credenciado leiloeiros oficiais, com a devida comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na realização de leilões públicos ou privados.

Assim transcrevo:

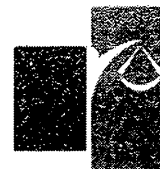
Art. 74. *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de Credenciamento;

C/C

Art. 79. *O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização da contratações simultâneas em condições padronizadas;



A classificação do objeto encontra-se amparo através do disposto nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei n.º 14.133/2021, assim apresentado:

Art. 6º. Para fins desta Lei, consideram-se: (...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado;

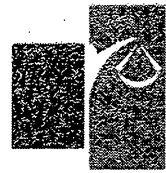
Para Rodrigo Bordalo Rodrigues, (RODRIGUES, Rodrigo B. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Editora Saraiva, 2021), em sua obra intitulada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, apresenta o CREDENCIAMENTO da seguinte forma:

A Lei n. 14.133/2021 define o credenciamento da seguinte forma: “processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.”

Outrossim, a nova lei dispõe sobre as situações que autorizam o manuseio do credenciamento. A primeira diz respeito à hipótese clássica, atinente à contratação “paralela e não excludente”, ou seja, a Administração realiza contratações simultâneas, em condições padronizadas, desde que haja viabilidade e vantajosidade. A segunda refere-se à “seleção a critérios de terceiros”, em que a seleção do contratado fica a cargo do beneficiário direto da prestação. Já a terceira detém relação com os “mercados fluidos”: situação em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção do agente por meio de processo de licitação.

Com base no art. 74, IV, da Lei n. 14.133/2021, é inexigível a licitação nas hipóteses de credenciamento. A inexigibilidade fundamenta-se porque o credenciamento possui lógica oposta àquela regente da licitação. (grifei)

Quando a Administração engendra procedimento licitatório, quer-se, mediante critérios objetivos, a seleção da proposta mais vantajosa, dentre todas as ofertadas. No credenciamento, o sentido é outro: a Administração almeja ter ao seu dispor a maior quantidade possível de interessados, porque da pluralidade de fornecedores advém a vantajosidade. (grifei)



Ao analisar os autos do presente processo administrativo, é possível verificar que os requisitos legais foram preenchidos, sendo possível verificar a existência nos autos do Documento de Formalização de Demanda, do Estudo Técnico Preliminar bem como do Termo de Referência, documentos esses que são obrigatórios para o presente caso.

Importante salientar que a participação neste CHAMAMENTO implicará na aceitação plena e irretratável das normas do Edital e especificações que o acompanham e o integram, bem como na observância e submissão aos preceitos legais e regulamentares em vigor, notadamente da lei 14.133/2021 e suas alterações.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (grifo nosso)

III - CONCLUSÃO

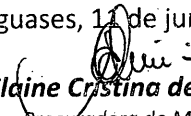
Diante do exposto, o parecer jurídico considera a retificação do edital licitatório juridicamente válida e apta a prosseguimento do processo, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 085/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 488/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

É o Parecer, s.m.j.

Cataguases, 11 de junho de 2025.


Eldine Cristina de Oliveira
Procuradora do Município
OAB-MG 137.994